

<u>Acórdãos STA</u>	Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo
Processo:	0318/11
Data do Acórdão:	21-09-2011
Tribunal:	2 SECÇÃO
Relator:	FRANCISCO ROTHES
Descritores:	CONTRA-ORDENAÇÃO FISCAL RECURSO JUDICIAL DECISÃO DE APLICAÇÃO DE COIMA PRAZO DE RECURSO TERMO PRAZO FÉRIAS JUDICIAIS
Sumário:	<p>I - A contagem do prazo de vinte dias após a notificação da decisão administrativa de aplicação da coima, de que o arguido dispõe para interpor recurso (art. 80.º, n.º, 1 do RGIT), faz-se nos termos do artigo 60.º do RGCO (<i>ex vi</i> da alínea <i>b</i>) do art. 3.º do RGIT), donde resulta que o prazo se suspende aos sábados, domingos e feriados.</p> <p>II - Porque esse prazo não respeita a <i>acto a praticar</i> num processo judicial, antes constituindo um prazo de caducidade de natureza substantiva, não lhe é aplicável o regime dos prazos processuais.</p> <p>III - No entanto, terminando esse prazo em férias judiciais, transfere-se para o primeiro dia útil seguinte, por força do preceituado no art. 279.º, alínea <i>e</i>), do CC.</p> <p>IV - O facto de o requerimento de interposição de recurso judicial da decisão de aplicação da coima em processo de contra-ordenação tributária dever ser apresentado no serviço de finanças, não obsta a que se considere <i>acto a praticar em juízo</i>, pois, para esse efeito, o serviço de finanças funciona como receptáculo do requerimento, que é dirigido ao tribunal tributário.</p>

Nº Convencional:	JSTA000P13247
Nº do Documento:	SA2201109210318
Recorrente:	A...
Recorrido 1:	FAZENDA PÚBLICA
Votação:	UNANIMIDADE

▼ Texto Integral

Texto

Integral:

1. RELATÓRIO

1.1 Em processo de contra-ordenação instaurado pelo Serviço de Finanças de ... aplicada uma coima a A... (adiante Arguido ou Recorrente) pela prática de uma ... disposto nos art. 44.º, do Código do Imposto de Selo, punível pelo art. 114.º, n.º 1, do Regulamento Geral das Infracções Tributárias (RGIT), por ter entregue o imposto retido em M... 23 de Abril de 2007, quando a lei impunha essa entrega até ao dia 20 desse m...

1.2 O Arguido recorreu dessa decisão para o Tribunal Administrativo e Fiscal d...
1.3 O Juiz do Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra rejeitou o recurso por «atenta a data da confirmação da notificação da decisão de aplicação da coima ... recorrente (2010.07.14)» (As partes entre aspas e com um tipo de letra diferente são transcr... estava já precludido o prazo para recorrer dessa decisão quando, em 26 de Ag... entrada o requerimento de interposição de recurso judicial.

1.4 Inconformado com essa sentença, o Arguido dela recorreu para este Supremo Tribunal Administrativo, apresentando alegações de recurso, que resumiu em conclusões do teor: «

1. Vem o presente recurso da douda decisão que rejeitou o recurso por alegada ... entendendo-se que foi efectuado um errado julgamento.

2. Em processo de contra-ordenação fiscal, os termos dos prazos de interposição e de impugnações judiciais de decisões administrativas que terminam em férias transcorridas no primeiro dia útil seguinte ao termo destas, independentemente de o acto de interposição das autoridades administrativas, que servem de intermediários para recepção dos recursos, não preclui a interposição.

Termos em que e nos mais de direito deve o presente recurso ser julgado processado e, consequentemente, revogada a douda decisão recorrida, proferindo-se doudo acórdão de recurso como tempestivamente apresentado».

1.5 O Ministério Público respondeu ao recurso, pugnando por que lhe seja negado o recurso mediante alegações que resumiu em conclusão do seguinte teor:

«[...] o prazo de impugnação da decisão de aplicação da coima é um prazo subscrito, peremptório e de caducidade, não se lhe aplicando a regra a que se refere o artigo 276.º da parte do C. Civil, ou seja, de que, terminando em férias judiciais, a prática do acto de interposição no primeiro dia útil após o termo destas».

1.6 Recebidos os autos neste Supremo Tribunal Administrativo, foi dada vista aos autos e o Procurador-Geral Adjunto remeteu para a resposta ao recurso.

1.7 Colheram-se os vistos dos Juizes Conselheiros adjuntos.

1.8 A questão suscitada no presente recurso é a de saber se o termo do prazo de interposição do recurso judicial da decisão administrativa de aplicação da coima, quando recai em férias judiciais, se deve transferir para o primeiro dia útil seguinte.

* * *

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1 DE FACTO

No despacho recorrido, o Juiz do Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra fi com interesse para a decisão a proferir nos seguintes termos:

«Dos elementos documentais constantes de fls. 8, 16, resulta que o talão de ac registado respeitante à notificação da decisão ao recorrente ocorreu em 2010.03.37.

O requerimento de interposição do recurso de impugnação judicial referente à Serviço de Finanças deu entrada nos respectivos serviços de finanças de Pena Agosto de 2010, conforme se comprova de fls. 38 e seguintes. Sendo que a liqu justiça inicial devida ocorreu em 25.08.2010, conforme resulta de fls. 52 dos au Contudo, o documento junto a fls. 54 referente à pesquisa histórica dá-nos a in notificação para pagamento voluntário ocorreu em 2010.07.05 que foi recebido confrontando o teor de fls. 57».

*

2.2 DE DIREITO

2.2.1 A QUESTÃO A APRECIAR E DECIDIR

O Juiz do Tribunal *a quo*, considerando que estava já precludido o prazo para n administrativa de aplicação da coima quando deu entrada o requerimento de in recurso judicial, rejeitou o recurso judicial.

O Recorrente insurgiu-se contra essa decisão, mediante recurso jurisdicional e Supremo Tribunal Administrativo, sustentando que aquele prazo, porque termin férias judiciais, devia transferir-se para o primeiro dia útil seguinte, por força do do art. 279.º do Código Civil (CC).

Não há dissentimento relativamente ao prazo, ao seu *dies a quo* e à forma da s

- nos termos do disposto no n.º 1 do art. 80.º do RGIT, «As decisões de aplicação sanções acessórias podem ser objecto de recurso para o tribunal tributário de 1 prazo de 20 dias após a sua notificação, a apresentar no serviço tributário onde o processo de contra-ordenação»;

- o termo inicial do prazo é após a sua notificação, que no caso se deve consid de Julho de 2010 (Data em que, de acordo com os factos estabelecidos na decisão recorrida, q causa, o Arguido tomou conhecimento da notificação da decisão administrativa de aplicação da co É certo que aí também se estabeleceu que «o talão de aceitação do correio registado respeitante à notif recorrente ocorreu em 2010.06.16», sendo que o Ministério Público, como alega na resposta ao recur apresentação do recurso judicial a juízo, parece ter relevado essa data como sendo a da notificação facto não podemos extrair tal conclusão, pois a notificação da decisão de aplicação da coima semp por carta registada com aviso de recepção, apenas podendo considerar-se a notificação como efecti aviso se mostrar assinado (cf. arts. 38.º, n.º 1, e 39.º, n.º 3, do CPPT, aplicável *ex vi* do n.º 2 do art. sentido da aplicação subsidiária do regime do CPPT em matéria de notificações na fase administra ordenacional tributário, JORGE LOPES DE SOUSA, *Código de Procedimento e de Processo Trib comentado*, Áreas Editora, 6.ª edição, volume I, anotação 11 ao art. 36.º, pág. 346.);

- a contagem deste prazo de 20 dias é a efectuar nos termos do art. 60.º do Re Contra-Ordenações (RGCO)(Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, e na pelo Decreto-Lei n.º 244/95, de 14 de Setembro.), aplicável *ex vi* da alínea b) do art. 3.º c resulta que o prazo se suspende aos sábados, domingos e feriados e que o ter caia em dia durante o qual não for possível, durante o período normal, a apre se transfere para o primeiro dia útil seguinte.

O que, levando em conta que no ano de 2010 os dias 17, 24 e 31 de Julho e 7 de Agosto foram sábados e que os dias 18 e 25 de Julho e 1 e 8 de Agosto foram domingos, pelo termo do prazo se situa em 11 de Agosto de 2010, ou seja, em período de férias judiciais. De acordo com a legislação em vigor à data – art. 12.º da Lei n.º 3/99, de 13 de Janeiro, que aprova a Lei de Organização dos Tribunais Judiciais, na redacção dada pela Lei n.º 42/2005, de 29 de Agosto (disposição legal entre as Leis n.ºs 43/2010, de 3 de Setembro), aplicável aos tribunais tributários *ex vi* do art. 7.º do Estatuto dos Tribunais Fiscais, aprovado pela Lei n.º 13/2002, de 22 de Fevereiro –, as férias judiciais de Verão eram de 1 de Julho a 31 de Agosto. Daí que a questão suscitada no recurso seja unicamente a que deixámos enunciar: qual o termo do prazo para a interposição de recurso judicial da decisão de aplicação da coima, quando coincida com período de férias judiciais, se deve transferir para o primeiro dia útil seguinte, por força do disposto na alínea e) do art. 279.º do CC?

*

2.2.2 DO PRAZO DO RECURSO JUDICIAL DA DECISÃO DE APLICAÇÃO DA COIMA

Como deixámos já dito, é de vinte dias contados da notificação o prazo de que dispõe o contribuinte para interpor recurso da decisão administrativa de aplicação da coima, sendo o prazo suspenso aos sábados, domingos e feriados (art. 80.º do RGIT e art. 60.º do RGCO, *ex vi* da alínea b) do art. 3.º do RGIT).

No caso *sub judice*, como também já vimos, o termo do prazo para a interposição de recurso judicial de aplicação da coima recaiu em férias judiciais.

De tudo isso deu conta o despacho recorrido.

É certo que tal prazo não tem a natureza de prazo processual ou judicial, pois não decorre de um acto num processo judicial, o qual só se inicia com a introdução do processo nos termos do n.º 1 do art. 62.º do RGCO. Trata-se de um prazo substantivo, de carácter administrativo, não podendo sustentar-se que lhe seja aplicável o regime dos prazos processuais. (Cf. JORGE LOPES DE SOUSA e SIMAS SANTOS, *Regime Geral das Infracções Tributárias* anotada, 2.ª edição, anotação 9 ao art. 80.º, págs. 484/485.).

Porém, como bem salientou o Recorrido, a decisão não atentou nos termos da alínea e) do art. 279.º do CC, que dispõe:

«O prazo que termine em domingo ou dia feriado transfere-se para o primeiro dia útil seguinte e dias feriados são equiparadas as férias judiciais, se o acto sujeito a prazo tiver sido praticado em juízo».

Na verdade, a apresentação do requerimento de interposição de recurso judicial da decisão de aplicação da coima em processo de contra-ordenação fiscal é um acto administrativo. O recurso tem, sem margem para qualquer dúvida, natureza judicial pois trata-se de um acto dirigido a tribunal e cuja decisão lhe está cometida em exclusividade.

O facto de, nos termos do disposto no n.º 1 do art. 80.º do RGIT, o requerimento de recurso dever ser apresentado no serviço de finanças onde foi instaurado o processo de contra-ordenação em nada interfere com tal natureza. É que, para esse efeito, o serviço de finanças funciona como mero receptáculo do requerimento, que é dirigido ao tribunal tributário. «Esta solução prende-se com a razão de ser da transferência do prazo prevista na alínea e), do Código Civil, que não é o encerramento dos tribunais, que mesmo em férias os serviços de secretaria abertos ao público, mas com o facto de durante as férias não serem praticados actos processuais nos processos não urgentes.

Por isso, sendo o requerimento de interposição de recurso ou impugnação judicial apresentado ao tribunal, apesar de apresentado à autoridade administrativa, que é mero intermédio,

sábados, domingos e feriados.

Por outro lado, esse acórdão, por si só, não pode entender-se como uma alteração de jurisprudência que houvesse de ser considerada para os efeitos do disposto no art. 8.º, n.º 3, do CC (Diz o art. 8.º, n.º 3, do CC: «Nas decisões que proferir, o julgador terá em consideração todos os precedentes, para obter uma interpretação e aplicação uniformes do direito».).

Aliás, ainda que eventualmente se viesse a concluir não ser a interpretação que melhor, em face da uniformidade da jurisprudência da Secção de Contencioso do Supremo Tribunal Administrativo e da susceptibilidade dela gerar a confiança e a manutenção daquela posição, sempre seria de manter tal jurisprudência, por equidade, sensatez e razoabilidade e porque não está em causa a necessidade de salvaguarda dos interesses constitucionalmente protegidos que devam considerar-se prevalentes. O Ministério Público, na resposta ao recurso, pretende ainda retirar argumento do facto de o Tribunal Constitucional, no seu acórdão com o n.º 473/2001, de 2 de Maio de 2001 (Proferido no processo com o n.º 371/2001 e publicado no *Diário da República*, II Série, n.º 177, de 2001 (<http://dre.pt/pdf2sdip/2001/11/276000000/1978819788.pdf>), pág. 19.788.), ter decidido que a interpretação é inconstitucional, designadamente por violação do n.º 1 do artigo 20.º da Constituição, dos artigos 59.º, n.º 3, e 60.º, n.ºs 1 e 2, do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro de 1982, de que, terminando em férias judiciais o prazo para a interposição do recurso não o mesmo não se transfere para o 1.º dia útil após o termos destas».

Mas, contrariamente ao alegado pelo Ministério Público, esta jurisprudência não contém contende com a citada posição da jurisprudência do Supremo Tribunal Administrativo. É óbvio, não incorpora qualquer juízo sobre qual das teses em confronto faz a melhor lei.

Por tudo o que ficou dito, concluímos que o prazo aqui em causa, porque terminando em férias judiciais, se transferiu para 1 de Setembro de 2010, primeiro dia útil seguinte. Em consequência, também é forçoso concluir pela tempestividade do recurso interposto. Em consequência, também é forçoso concluir pela tempestividade do recurso interposto administrativa de aplicação da coima aqui em causa.

O recurso merece, pois, provimento, não podendo manter-se o despacho recorrido no sentido diverso.

*

2.2.3 CONCLUSÕES

Preparando a decisão, formulamos as seguintes conclusões:

I -A contagem do prazo de vinte dias após a notificação da decisão administrativa de coima, de que o arguido dispõe para interpor recurso (art. 80.º, n.º 1 do RGIT), não é suspensa pelo artigo 60.º do RGCO (*ex vi* da alínea *b*) do art. 3.º do RGIT), donde resulta que o prazo não suspende aos sábados, domingos e feriados.

II -Porque esse prazo não respeita a *acto a praticar* num processo judicial, antes do prazo de caducidade de natureza substantiva, não lhe é aplicável o regime dos artigos 279.º, alínea e), do CC.

III -No entanto, terminando esse prazo em férias judiciais, transfere-se para o primeiro dia útil seguinte, por força do preceituado no art. 279.º, alínea e), do CC.

IV -O facto de o requerimento de interposição de recurso judicial da decisão de coima em processo de contra-ordenação tributária dever ser apresentado no serviço competente não obsta a que se considere *acto a praticar em juízo*, pois, para esse efeito, o serviço funciona como receptáculo do requerimento, que é dirigido ao tribunal tributário.

* * *

3. DECISÃO

Face ao exposto, os juízes da Secção do Contencioso Tributário deste Supremo Administrativo acordam, em conferência, conceder provimento ao recurso e, em consequência, revogar o despacho recorrido, que deverá ser substituído por outro que não se funda no recurso judicial da decisão de aplicação da coima pelo mesmo motivo.

*

Sem custas.

*

Lisboa, 21 de Setembro de 2011. – *Francisco Rothes* (relator) – *Valente Torrão*